

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA ALICE FEITOSA DA SILVA

**SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS):
GASTOS PUBLICOS EM BENEFICIOS EVENTUAIS NO
MUNICIPIO DE CACOAL-RO**

**Trabalho de conclusão de curso
Artigo Científico**

**Cacoal – RO
2017**

MARIA ALICE FEITOSA DA SILVA

**SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS):
GASTOS PUBLICOS EM BENEFICIOS EVENTUAIS NO
MUNICIPIO DE CACOAL-RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Contábeis sob a orientação da Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos.

**Cacoal – RO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S586s Silva, Maria Alice Feitosa da.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS): gastos públicos em benefícios eventais no município de Cacoal-RO - pesquisa de campo / Maria Alice Feitosa da Silva. -- Cacoal, RO, 2017.

24 f. : il.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Ellen Cristina de Matos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Benefícios eventuais. 2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). 3. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Título.

CDU 657:316

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo intitulado “**Sistema Único De Assistência Social (SUAS): Gastos Públicos Em Benefícios Eventuais no Município De Cacoal-RO.**”, elaborado pela acadêmica, Maria Alice Feitosa da Silva foi avaliado pela banca examinadora em _____ de 2017, tendo sido _____.

A orientadora é a professora Ma. Ellen Cristina de Matos

Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos
Presidente da Banca

Profa. Ma. Liliane Maria Nery Andrade
Membro da Banca

Profa. Ma. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian
Membro da Banca

Nota

Cacoal– RO
2017

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): GASTOS PUBLICOS EM BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.

Maria Alice Feitosa da Silva¹

RESUMO: Os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Previstos desde 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), se inscrevem no rol de provisão procedente da gestão municipal e estadual da política de assistência social, cuja responsabilidade de sua regulamentação pertence aos respectivos conselhos. Este estudo é uma análise descritiva, qualitativa dos dados obtidos com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAST) de Cacoal/RO, sobre o quanto de recursos públicos foram aplicados em benefícios eventuais no município, no período de julho de 2014 a julho de 2016. Foram avaliados valores absolutos e relativos aplicado em: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio para situações vulnerabilidade temporária, auxílio para atender situações de calamidade pública, auxílio de transporte e de aluguel social. A pesquisa descreveu as formas e os procedimentos de acesso à concessão dos benefícios do SUAS. Por meio de pesquisa realizada verificou-se a aplicação é de R\$ 173.020,00 sendo: 7%, para o auxílio funeral, 27% para o auxílio vulnerabilidade temporária, 43% para o auxílio calamidade pública, 4% para o auxílio transporte e 19% para o auxílio aluguel social, no auxílio natalidade não houve nenhuma aplicação. Constatou-se ainda que a população do município tenha pouco conhecimento sobre os benefícios eventuais devido à grande rotatividade dos funcionários neste setor, ainda restam algumas dúvidas quanto à sua aplicação, bem como o empreendimento de valores maiores, o que poderá atender assim, um número maior de famílias.

PALAVRAS-CHAVES: Benefícios eventuais. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

1 INTRODUÇÃO

Os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Previstos desde 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), se inscrevem no rol de provisão procedente da gestão municipal e estadual da política de assistência social, cuja responsabilidade de sua regulação ficou a cargo dos respectivos conselhos. Prevista na Lei Federal 8.742/93 e através da Lei do Município de Cacoal 3293/PMC/14 e revogada pelo decreto Lei nº 5.252/PMC/2014.

Quanto aos procedimentos necessários para realização da pesquisa foi adotada a pesquisa bibliográfica na primeira fase, devido à necessidade da fundamentação teórica com

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora. Ellen Cristina de Matos.

obras de diversos autores da área de assistência social, os quais tratam sobre os auxílios dos benefícios eventuais aplicado ao setor público.

Na segunda fase se realizou pesquisa de campo com abordagem de descritiva, qualitativa na análise e discussão dos dados. Aplicou-se o método dedutivo, tendo como pressupostos a teoria da assistência social ao Setor Público, finalizando-se na sua prática em órgãos públicos especificamente no Município de Cacoal-RO.

Os dados foram obtidos com a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAST) de Cacoal/RO, sobre o quanto de recursos públicos foram aplicados em benefícios eventuais no referido município, no período de julho de 2014 a julho de 2016. Para isso, foram avaliados os valores absolutos e relativos aplicado nos seguintes auxílios: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio para situações vulnerabilidade temporária, auxílio para atender situações de calamidade publica, auxílio de transporte e de aluguel social. Pelo método dedutivo, a pesquisa descreve as formas e os procedimentos de acesso à concessão dos benefícios do SUAS.

Com esta pesquisa pretendeu-se verificar os gastos públicos realizados no município de Cacoal – RO, com relação aos benefícios eventuais no município, descrevendo as práticas sociais que se referem. Pretendeu-se fazer uma breve análise para chegar ao esclarecimento quanto a importância destes benefícios eventuais.

Os benefícios auxiliam famílias que estão à margem da pobreza, em situação extrema de vulnerabilidade momentânea ou permanente, apresentando-se como incentivo ao um processo de justiça social, tanto por parte de beneficiado como da clientela que é subitamente almejada para fins sociais. Os benefícios eventuais, quando bem planejados por parte da política da assistência social, possibilitam aos beneficiados o acesso a práticas de atividades inovadoras.

O Benefício Eventual ofertado em virtude de vulnerabilidade temporária objetiva o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e podem decorrer: da falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação; da falta de documentação; da situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos; da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida.

Os Benefícios Eventuais ofertados em decorrência de calamidades públicas destinam-se ao atendimento das vítimas e servem para garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia destas.

Torna-se importante enfatizar que a provisão desses auxílios passou a sofrer restrição à medida que foi se tornando claro que eles transitariam do âmbito da Previdência para o da Assistência Social. Durante o processo de regulamentação dos art. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (que tratam da Assistência Social), a Previdência foi antecipando cortes na provisão desses auxílios e focalizando sua oferta (TAVARES, 2009).

Diante do contexto constitui problema desta pesquisa o seguinte questionamento: Como ocorre a aplicação de recursos públicos em benefícios eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Cacoal – RO?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Seguridade Social é a união de instrumentos e ações com intuito de alcançar uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, amenizar as desigualdades sociais e proporcionar o bem de todos. Essas diretrizes são fixadas na própria Constituição Federal no artigo 3º. (BRASIL, 1988). Ou seja, o Sistema de Seguridade Social, em seu conjunto, objetiva garantir que o indivíduo se sinta protegido e seguro no decorrer de sua existência, oferecendo-lhe a assistência e recursos necessários para os momentos de adversidade. É a segurança social, segurança do indivíduo como parte integrante de uma sociedade (BRASIL, 1993).

Portanto, segundo Torres (2012) todos contribuem para o orçamento da seguridade social, ao consumir produtos e serviços, independente da classe social. Porém é a necessidade pessoal, bem como a previsão legal que indica como os benefícios deverão ser distribuídos. Quando se trata dos benefícios da assistência social a solidariedade fica evidente, devido estes benefícios serem destinados exclusivamente para a parte menos favorecida da população.

A assistência social compreende o ramo autônomo da seguridade social que cuida dos hipossuficientes, ou seja, daqueles que não conseguem se manter por condições próprias; dando proteção àqueles que têm maiores necessidades, sem cobrar deles (seus beneficiários) qualquer contribuição à seguridade social (LUIZ, 2010).

A atuação projetiva fará o fornecimento daquilo que for absolutamente indispensável para cessar o atual estado de necessidade em que o assistido se encontra (exemplos: alimentos, roupas, abrigos e até mesmo pequenos benefícios em dinheiro). A assistência social tem como objetivo suprir as lacunas deixadas pela previdência social que, em função de

sua natureza contributiva, acaba deixando de fora os indivíduos com necessidades financeiras (TORRES, 2012).

Enquanto a saúde trata-se do segmento autônomo da Seguridade Social e tem o propósito mais amplo de todos os ramos de proteção, pois não existe restrição em relação aos beneficiários e o seu acesso também não exige contribuição dos beneficiários (ARAÚJO, 2005).

A saúde é dever do Estado e direito de todos, conforme estabelecido no art. 196 da CF/1988. Nesta espécie de proteção social não importa a condição econômica do beneficiário. O Estado não pode negar acesso à saúde pública a uma pessoa argumentando de que a mesma possui riqueza pessoal e meios de manter sua própria saúde (TAVARES, 2009).

Já a Previdência Social é um segmento autônomo da Seguridade Social é assegurado nos arts. 201 e 202 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e é voltado exclusivamente para os trabalhadores e seus dependentes econômicos. A Previdência Social destina-se a afastar necessidades sociais advindas de adversidades sociais que diminuam ou eliminam a capacidade de auto sustento dos trabalhadores e/ou de seus dependentes.

Contingência social são fatos e/ou acontecimentos que quando ocorridos, tem a força de deixar uma pessoa e/ou seus dependentes em estado de necessidade, como por exemplos: invalidez (incapacidade), óbito, idade avançada, dentre outros fatores (TAVARES, 2009).

A Política de Assistência Social elencada na Constituição Federal de 1988 é um marco importantíssimo neste processo porque reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, constitui o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, o pensamento nesta área como política social é uma possibilidade recente. Existe um legado de concepções, ações e práticas de assistência social que precisa ser capturado para análise do movimento de construção dessa política social. Para analisar a Política de Assistência Social é necessário investigar a sua trajetória (NOZABIELLI et al, s.a.).

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Desde os tempos mais antigos a prática da assistência está presente na história da humanidade, não se limitando nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. Aos olhos da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações que assumiram formas variadas nas diferentes sociedades, sempre motivadas pela

compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia. (CARVALHO, 2008).

Segundo Araújo (2006), as igrejas também tiveram uma participação nesse processo, preocupando-se com o trabalhador diante das catástrofes futuras. Nos pronunciamentos dos pontífices da época, especialmente na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), a ideia de criar um sistema de contribuição para ao trabalhador, custeado com parte do salário do mesmo, visava protegê-lo dos riscos sociais que porventura vier aparecer (ARAÚJO, 2006)

Em função da expansão do capital e ao trabalho precário, a pobreza tornou-se visível, incômoda e passa a ser reconhecida como um risco social. A caridade, como um ato de solidariedade, passa a se constituir em práticas de dominação, que destituem o alvo das ações de caridade da condição de sujeito de direitos (CARVALHO, 2008).

Tanto no Brasil, como em outros países, ocorreram as manifestações do cidadão em relação à proteção social para conquistar os benefícios relativos à seguridade social, as quais remontam na Grécia e Roma antigas. Naquela época as entidades que garantiam a seguridade social eram caracterizadas através de instituições mutualista que tinham o objetivo de prestar assistência aos seus membros, em função de contribuição, de modo a ajudar os mais necessitados. Por meio do *pater famílias*, a família romana tinha como obrigação a prestação de assistência aos servos e clientes. Durante a Idade Média, algumas organizações profissionais criaram seguros sociais para seus membros (GONÇALVES et.al , 2014).

No Brasil, até 1930, não existia uma compreensão da pobreza relacionada a questão social e quando tal fato acontecia em sociedade, era lidado como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Sendo assim a pobreza era tratada como disfunção individual. Dentro as leis que lhes garantem a assistência social tem trazido para humanidade o conhecimento de seus direitos e deveres em sociedade (LUIZ, 2010).

A Legião Brasileira de Assistência – LBA – foi a primeira grande instituição de assistência social que tem como marco a presença das mulheres e pelo patriotismo. Quando se tratava de legião vinha a ideia de um corpo em ação em um campo de luta. Dessa forma entende-se que o objetivo inicial da LBA era atuar como uma legião, como um corpo em ação numa luta em campo. Segundo Sposati (2004) em outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”.

Com as transformações da economia e do Estado brasileiro em 1984, aconteceu a Consolidação da Legislação Previdenciária e Social (CLPS), que juntou toda a legislação de

custeio e benefício em apenas um documento (Decreto nº 89.312/1984). A assistência social foi inserida na Constituição de 1988 nos arts. 203 e 204. Encontra-se regulamentada pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Assim, o SINPAS foi extinto. A Lei 8.029/1990 criou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (fusão do INPS e IAPAS), vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 99.350/1990. O Decreto nº 99.060/1990 vinculou o INAMPS ao Ministério da Saúde. Posteriormente, a Lei 8.689/1993, extinguiu o INAMPS. Houve, também, a extinção da LBA e FUNABEM em 1995 e da CEME em 1997 (DOWBOR, 2009).

A Assistência Social deixa de ser simplesmente filantrópica fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, mas ao longo do século XX, a população que tinha uma cidadania regulada pelo Estado, emerge de seu descontentamento social e passa a expressar sua insatisfação. O processo de pauperização se acirra ainda mais no final desse período exigindo do Estado maior atenção em todos os níveis (CASTRO, 2009).

Assim, a Assistência Social, foi definida como uma das três instituições políticas brasileiras da Seguridade Social pela primeira vez em sua história. Tal evolução expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, e passa a constituir-se como a profissionalização da atividade pública, a qual não somente está ligada ao atendimento às necessidades básicas da população, mas, acima de tudo agindo junto com a população em casos de risco e vulnerabilidade social (SPOSATI, 2009).

Os artigos 203 e 204 da Constituição Federal têm como ideais a Assistência Social enquanto política, sendo esta uma responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. Conforme diz o artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que trata do ordenamento da assistência social no Brasil.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para dar garantia ao atendimento as necessidades básicas da sociedade. Cabe ao Estado e suas instituições a consolidação de uma rede, uma política pública de direito, rompendo com práticas remotas de merecimento e caridade (BRASIL, 1993).

2.2 DIREITO ASSISTENCIAL: ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PRESTAÇÕES ASSISTENCIAIS.

Para Azevedo, a organização social é uma qualificação, um título, dado a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público, para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade.

Em duas formas se dividem os benefícios sociais: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, em virtude da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; e os Benefícios Eventuais que são atribuídos à famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados em decorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, vulnerabilidade e entre outros aspecto (BOVOLENTA, 2015).

As características dos Benefícios Eventuais são de caráter suplementar e provisório, disponibilizados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Estes benefícios assistenciais são concedidos em caso de medidas emergenciais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS, 2009).

As prestações assistenciais são divididas em serviços, programas, projetos de enfrentamento da pobreza e benefícios.

Segundo Luiz (2010) os serviços podem ser divididos em duas categorias: serviço social e habilitação e reabilitação profissional. O serviço social é concedido aos beneficiários tendo por objetivo esclarecê-los de seus direitos sociais e os meios de exercê-los, assim como facilitar o acesso aos serviços, programas e benefícios do sistema. A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência é um dos objetivos da Assistência Social (art. 2º, IV, Lei nº 8.742/1993) e destinam-se proporcionar aos beneficiários meios profissionais e social indicados para serem inseri-los no mercado de trabalho e no contexto em que vive em especialmente na convivência com a família que muitos ainda não conseguiram lançar nas sociedades filhos que nascem com deficiências, desta forma o assistente social faz o seu papel ajudando não somente o deficiente, mas munindo toda família de instruções (LUIZ, 2010).

2.3 BENEFÍCIOS EVENTUAIS - CONCEITO, ORIGEM, CONCESSÃO, ORIGEM DE RECURSOS APLICADOS, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APLICAÇÕES.

De acordo com o MDS, os Benefícios Eventuais fazem parte do conjunto de proteções da política de assistência social, de caráter suplementar e provisório, disponibilizados aos cidadãos nas seguintes razões: nascimento, morte, situações de vulnerabilidade e de calamidade pública.

Os Benefícios Eventuais estão previstos na Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435 de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (LOAS – Art. 22), na Resolução CNAS 212 de 19/10/2006 e no Decreto Presidencial 6.307 de 14/12/2007.

Segundo Bovolenta et al (2011) entretanto o Benefícios já haviam sido criados pelo sistema de proteção da Previdência Social desde 1954, denominados de auxílio maternidade e funeral através do decreto nº.35.448, em 1º de maio. Eram pagos aos beneficiários previdenciários, que tivessem contribuído para a Previdência Social de forma única, no valor de um salário mínimo vigente.

O auxílio maternidade era pago tanto à mãe, quanto ao pai, que fosse assegurado desde que tivessem contribuído por no mínimo 12 meses (BOLOVENTA et al, 2011).

Quem recebia o auxílio por morte era o responsável pelas despesas do funeral do beneficiário da Previdência Social. Visando atender as necessidades humanas básicas e devem ser incorporados aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no município, contribuindo dessa forma pelos Benefícios Eventuais, com o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares (BOVOLENTA *et al*, 2011).

De acordo com as alterações promovidas na LOAS pela Lei Nº 12.435/2011, a concessão e o valor dos Benefícios Eventuais devem ser estabelecidos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução Nº 212, de 19 de outubro de 2006, e a União, por intermédio do Decreto Nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, definiram critérios norteadores para a regulamentação e provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Os Municípios devem estruturar um conjunto de ações, tais como:

- a) Regular a prestação dos Benefícios Eventuais

- b) Assegurar, em lei orçamentária, os recursos necessários à oferta destes benefícios.
- c) Organizar o atendimento aos beneficiários.

A responsabilidade dos Estados na efetivação desse direito é a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de coo financiamento do custeio dos Benefícios Eventuais.

Os municípios têm como responsabilidade a distribuição dos Benefícios Eventuais estabelecidos nas diretrizes nacionais. Para fins do reordenamento, deverá ser estabelecido um processo planejado e articulado entre os órgãos gestores e Conselhos de Assistência Social das três esferas de governo com as instâncias correspondentes da Política de Social, para organizar a concessão dos benefícios a partir da definição de necessidades, estratégias, atividades e prazos.

No município de Cacoal por meio do decreto Lei nº 5.252/PMC/2014, conforme art. 5º define critérios e diretrizes para o cumprimento do pagamento dos benefícios eventuais:

Art. 5º São critérios para as concessões dos benefícios eventuais: família com renda per capita de até ¼ de salário mínimo; famílias residentes no município; famílias cujos filhos encontram-se matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino; famílias devidamente cadastradas no Cadastro Único.

Parágrafo único. Todo atendimento para concessão dos benefícios, às famílias e indivíduos deverá ser precedido, obrigatoriamente, de um parecer social emitido por profissional da assistência social.

Estão previstas na LOAS quatro modalidades de Benefícios Eventuais: natalidade, funeral, vulnerabilidade temporária e calamidade pública (MDS), e no Município de Cacoal/Ro são seis modalidades. Será necessário para uso do benefício análises que inclui na lei vigente e na descrição da figura 1 na qual se apresentam os benefícios eventuais e suas respectivas descrições:

BENEFÍCIOS EVENTUAIS	LOAS BRASIL. Lei Nº 12.435/2011.	Decreto Lei nº 5.252/PMC/2014
-Sobre o auxílio natalidade : art. 6º e incisos.	Para atender preferencialmente, necessidades do bebê que vai nascer, apoio à mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento e apoio à família no caso de morte da mãe.	§ 2º O auxílio natalidade será concedido através de atendimento individual com visita domiciliar realizada pela Assistente Social do CRAS exceto quando da complementação alimentar, que deverá ser precedida de encaminhamento médico. Terá direito a este benefícios os citados no artigo 5º.

Continua [...]

[...] Continuação

BENEFÍCIOS EVENTUAIS	LOAS BRASIL. Lei Nº 12.435/2011.	Decreto Lei nº 5.252/PMC/2014
-Sobre o auxílio funeral:	Para atender preferencialmente: Despesas de urna funerária, velório e sepultamento, necessidades urgentes da família advindas da morte de um de seus provedores ou membros, ressarcimento no caso da ausência do Benefício Eventual no momento necessário.	§ 1º Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária. § 2º O auxílio mortalidade será executado por funerária, mediante convênio firmado com Prefeitura Municipal e através de encaminhamento e gerenciamento da Gerência Municipal de Assistência Social.
-Sobre a situação de vulnerabilidade temporária:	Destina-se ao enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e podem decorrer de falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, falta de documentação falta de domicílio, situação de abandono ou impossibilidade de garantia abrigo aos filhos. Perda circunstancial decorrente do rompimento de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida, desastres e de calamidade pública, e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.	§ 1º O atendimento deverá suprir a necessidade com alimentação, através do fornecimento de cesta básica e passagens. § 2º O atendimento a situação de vulnerabilidade temporária será concedido através de atendimento individual com visita domiciliar realizada pela assistente social do CRAS.
-Sobre calamidade pública:	Destinada ao atendimento das vítimas de calamidade pública, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia destas. Pelo poder público são situações anormais, em consequência de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando graves danos à comunidade afetada.	§ 1º O benefício será concedido mediante situação anormal, agravante, que venha causar sérios danos à comunidade afetada. O atendimento se dará de forma individual e/ou coletiva, pelas equipes técnicas do CRAS e serviços do CREAS § 2º O benefício deverá cobrir os custos com alimentação, através do fornecimento de cesta básica, aluguel temporário (aluguel social) emergencial, provisório e documentação civil.
-Sobre auxílio passagem: art. 11.	Não há previsão.	Art. 11. Será concedido auxílio passagem, destinado aos moradores de rua que desejarem retornar aos locais de origem, desde que a família tenha interesse em recebê-los, não tenham condições de arcar com o custo da passagem, mediante declaração nesse sentido, e para locais que não extrapolem os limites geográficos do país, com roteiro obrigatório de saída de Cacoal – RO.
-Sobre aluguel social:	Não há previsão.	§1º Para fazer jus ao benefício, não pode o beneficiário, nem qualquer membro da família, ser proprietário, promitente comprador e/ou cessionário de outro imóvel, tampouco ter sido Continua [...]

[...] Continuação.	<p>beneficiário por programa habitacional promovido por qualquer das esferas governamentais em outro imóvel.</p> <p>§3º A condição de vulnerabilidade socioeconômica deverá ser comprovada mediante Laudo Técnico Social oficial emitido pela Secretaria Municipal Assistência Social e Trabalho, por meio de assistente social.</p> <p>§5º O beneficiário poderá usufruir da Bolsa Aluguel Social até a conclusão das casas do Projeto minha casa minha vida, pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, motivadamente, caso as casas não estejam concluídas.</p>
--------------------	--

**Figura 1: Benefícios eventuais conforme legislação vigente,
Fonte: LOAS / BRASIL. Lei Nº 12.435/2011/ Decreto Lei nº 5.252/PMC/2014.**

Conforme a Lei os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com propósito, tempo e área de abrangência definidas para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais (LOAS, art.24). A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, então os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, podemos verificar de um modo geral, quais são os benefícios eventuais que todo cidadão tem direito de receber e em quais circunstâncias se aplicam.

3 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma análise descritiva, qualitativa, dos dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAST) de Cacoal/RO, sobre o quantitativo de recursos públicos aplicados em benefícios eventuais no município de Cacoal, Estado de Rondônia, no período de julho de 2014 a julho de 2016.

Para isso, foram avaliados os valores absolutos e relativos aplicados em: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio para situações vulnerabilidade temporária, auxílio para atender situações de calamidade publica, auxílio de transporte e de aluguel social.

Pelo método dedutivo, a pesquisa descreveu as formas e os procedimentos de acesso à concessão dos benefícios do SUAS. Utilizando-se de entrevistas junto aos servidores da SEMAST no município de Cacoal/RO, se verificou as conquistas e os desafios resultantes da

oferta de benefícios eventuais no contexto do SUAS desde da promulgação Lei do Município de Cacoal 3293/PMC/2014 e revogada do pelo decreto Lei nº 5.252/PMC/2014.

Realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica e documental.

Num segundo momento, fez-se a coleta de dados utilizando-se de entrevistas padronizadas com: servidores da SEMAST que gerenciam o pagamento destes benefícios, com a Secretária da pasta da Ação Social e o coordenador do CRAS do município de Cacoal.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os Benefícios Eventuais é de caráter suplementar e provisório e são disponibilizados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (MDS, 2009).

Os Municípios têm como responsabilidade a distribuição dos Benefícios Eventuais conforme estabelecido nas diretrizes nacionais. Para fins de realização deverá ser estabelecido um processo planejado e articulado entre os órgãos gestores e Conselhos de Assistência Social das três esferas de governo com as instâncias correspondentes da Política Social, para organizar a concessão dos benefícios a partir da definição de necessidades, estratégias, atividades e prazos (MDS, 2009).

No município de Cacoal, por meio da Lei Municipal nº 5.252/PMC/2014, conforme art. 5º define critérios e diretrizes para o cumprimento do pagamento dos benefícios eventuais:

Art. 5º São critérios para as concessões dos benefícios eventuais: Família com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo; Famílias residentes no município; Famílias cujos filhos encontram-se matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino; Famílias devidamente cadastradas no Cadastro Único.

Cacoal possui uma população de 78.574 habitantes (CENSO 2010), ocupando área de 3.793 km². O número de pessoas potencialmente usuárias da política de assistência social, com cadastro no CadÚnico chega a 9.041 famílias cadastradas. São 2.747 famílias beneficiárias de Benefício de Prestação Continuada. Totalizam 7.367 famílias com rendas de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município, sendo somente 4.000 famílias tem o seu cadastro atualizado (SEMAST/CACOAL 2017).

A SEMAST está localizada na Rua Silvio Aparecido Pereira, nº 874, Bairro Teixeirão, Município de Cacoal/RO.

Com o objetivo de esclarecer os repasses e gastos com valores aplicados neste programa que atende a população de Cacoal, na figura 2 evidencia-se os valores aplicados nos respectivos auxílios:

Auxílios	Ano/2014	Ano/2015	Ano/2016	Total de valores aplicados
Funeral	-	R\$ 858,00	R\$ 11,708,00	12.566,00
Natalidade	-	-	-	-
Vulnerabilidade	R\$ 13.200,00	R\$ 14.120,00	R\$ 16.300,00	43.620,00
Calamidade publica	R\$ 75.800,00	-	-	75.800,00
Transporte	R\$ 3.485,00	R\$ 460,00	R\$ 3.489,00	7.434,00
Aluguel social	R\$ 4.800,00	R\$ 19.200,00	R\$ 9.600,00	33.600,00

Figura 2 – Valores aplicados nos benefícios eventuais

Fonte: Dados da pesquisa (2014 a 2016).

Considera-se um fato informacional limitador as informações prestadas nesta pesquisa à impossibilidade de esclarecer sobre o montante de recursos disponíveis por ano para os benefícios eventuais, pois quando questionado a respeito o Secretário de Ação Social informou não ter o controle orçamentário desses valores, logo não é possível informar também o valor empenhado por auxílio em cada exercício e se houve devolução de recursos não aplicados.

O financiamento dos benefícios eventuais deve constar na previsão orçamentária da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, com definição de porcentagem referente aos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, sendo que o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS deverá acompanhar a execução desse recurso.

No Município de Cacoal não são empenhados recursos para benefícios eventuais de forma global, mas sim, empenha-se um valor para cada auxílio: funeral, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, transporte ou aluguel social, separadamente.

Apresenta-se na figura 3 a aplicação de recursos dos Benefícios Eventuais por família, no município de Cacoal, que necessitaram e que são cadastradas no CadÚnico.

Auxílios/aplicados por famílias	Ano/2014	Ano/2015	Ano/2016	Total que receberam
Funeral	-	1	13	14
Natalidade	-	-	-	-
Vulnerabilidade	120	200	150	470
Calamidade publica	600	-	-	600
Transporte	29	4	29	62
Aluguel social	4	4	4	4

Figura 3 - Aplicação nos auxílios por famílias

Fonte: Dados da pesquisa (2014 a 2016).

Conforme Decreto Lei nº 5.252/PMC/2014, art. 5º, constituem critérios necessários às concessões dos benefícios eventuais: família com renda per capita de até ¼ de salário mínimo; famílias residentes no município; famílias cujos filhos encontram-se matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino; famílias devidamente cadastradas no Cadastro Único.

Dentre os benefícios previstos há o Auxílio Transporte, o qual, segundo relatório dos atendimentos no período de junho/2014 a junho/ 2016, foram liberadas, pela SEMAST, 62 passagens.

O atendimento com transporte ao público no município tem, dentre as principais demandas, casos de doença na família, questão de trabalho, demandas do Conselho Tutelar ou da Casa Abrigo.

O Auxílio Funeral na ocasião da necessidade desse, os indigentes e às famílias carentes em virtude da falta de informação, as mesmas deverão ser informadas os caminhos para obter os auxílios, quanto a gratuidade e como se configura na lei, sendo realizado somente aí o preenchimento da ficha de cadastro único. Quando ocorre o fato que proporciona direito ao benefício é também encaminhada a solicitação de isenção da taxa administrativa do cemitério. E tudo acompanhado por um servidor público (assistente social).

No Auxílio Aluguel há atendimento de 04 famílias, as quais ficaram desabrigadas na enchente de 2014 e desde então o município assiste-as até o momento que se realize a entrega das unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida.

No Auxílio Vulnerabilidade Temporária são entregues cestas básicas às famílias e as demais necessidades comprovadas aos assistentes sociais por meio de laudos passam a ser assistidas pelo CRAS.

Enquanto na Calamidade Publica são entregues cestas básicas e também materiais de primeira necessidade como: colchões, lençóis, papel higiênico, pasta de dente, sabonete e roupas para atender as necessidades básicas das famílias afetadas.

4.1 ENTREVISTAS COM FUNCIONÁRIOS DA SEMAST QUE GERENCIAM O PAGAMENTO BENEFÍCIOS EVENTUAIS, COM A SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL E COM O COORDENADOR DOS CRAS DO MUNICÍPIO DE CACOAL

São os servidores que gerenciam recursos aplicados ao setor público (SEMAST/CRAS), para a obtenção de conhecimento sobre, a aplicabilidade das adequações necessárias aos procedimentos contábeis, orçamentários e patrimoniais nos auxílios

pesquisados diante dos gastos. Esses servidores são os responsáveis em organizar a burocracia necessária, também realizam todo o processo e empenhos dos auxílios.

Ao serem questionados à quanto tempo eles trabalham na SEMAST, as respostas obtidas foram: 44% menos de 1 ano, 33% mais de 1 ano, 11% mais de 3 anos até 5 anos e 11% mais de 5 anos.

Quando questionados sobre em qual setor ou departamento da SEMAST atuam, dos 10% entrevistados, 56 % trabalham no orçamento, 22% trabalham na administração e os outros 22% trabalha no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

Os respondentes foram questionados se tinham conhecimento acerca dos benefícios eventuais. Do total, 89% responderam que “sim”, e cada respondente, conforme sua opinião afirmou que benefícios eventuais são:

R: São benefícios de caráter provisório prestados ao cidadão que em virtude de nascimento, morte e outras situações de vulnerabilidade social. Teve avanço com a implantação dos benefícios eventuais, pois antes do mesmo os casos de calamidade e vulnerabilidade eram amenizados por ajudas e doações. Antes da lei não existiam concessões de tal benefício, as famílias em estado de fragilidade social recebiam doações da sociedade. O processo de implantação deu-se pelo projeto de lei, aprovado no legislativo Decreto Municipal 5.252/2014. Os desafios da implantação foram muitos, desde a elaboração do projeto de lei, até a aprovação, tendo como maior desafio a falta o orçamento. Teve como êxito a valorização da dignidade das pessoas que necessitam de apoio em situação de vulnerabilidade social. Os desafios encontrados foram tornar o benefício conhecido e atingir o funcionamento do mesmo, teve como conquista o atendimento às famílias que se encontram em estado de instabilidade social. Os beneficiados não compreendem o fato dos benefícios serem de caráter temporário. Devido ter servidores recentes na secretária alguns não tem como informar sobre os benefícios eventuais (DADOS DA PESQUISA, 2017).

É perceptível que os entrevistados concordam que o maior desafio além de conseguir suprir a demanda, é fazer com que a população atendida entenda que todos esses benefícios são de caráter provisório e/ou temporário, ou seja, tem data para início e término.

A regulamentação dos Benefícios Eventuais é efetuada pelo município, para tanto deve assegurar em lei orçamentária os recursos necessários à oferta dos benefícios que no caso é empenhado por auxílio, e por fim é necessário organizar o atendimento aos beneficiários, facilitando o entendimento e possibilitando que os indivíduos sejam atendidos em conformidade com sua necessidade prevista na lei.

A Secretaria de Assistência Social (SEMAST) tem seu funcionamento norteador por leis e esse é um fator que dificulta o entendimento e atendimentos a processos que devem ser executados por servidores que ocupam cargos em comissão e tem atuação recente na Secretaria.

A implantação dos benefícios teve como conquista o atendimento de famílias em estado de vulnerabilidade ou que foram atingidas por calamidade pública, já que antes as mesmas eram acolhidas somente pela sociedade civil.

A secretaria enfrenta como desafios atender toda a demanda que carece dos benefícios, considerando ainda que muitos beneficiários não compreendem o fato dos benefícios serem de caráter temporário e a falta de conhecimento da sociedade dificulta o atendimento de um quantitativo maior de famílias por desconhecerem seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Benefícios Eventuais são parte integrante do SUAS, considerando-se o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos e de suas famílias, para tanto é necessário avançar na construção dos instrumentos que proporcionem garantia de qualidade e acesso a esses benefícios.

Prevista na Lei Federal nº 8.742/1993 e no município de Cacoal pela Lei Municipal nº 3293/PMC/2014 pelo Decreto-Lei nº 5.252/PMC/2014, os benefícios eventuais tem seu financiamento constante na previsão orçamentária da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO - e na Lei Orçamentária Anual – LOA -, com definição de porcentagem referente aos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS-, sendo que o CMAS deverá acompanhar a execução desse recurso.

Os benefícios eventuais são concedidos no município de maneira avessa ao proposto pelo SUAS, de forma que por serem caracterizados como benefícios eventuais de caráter suplementar e temporário, são administrados de forma descontinuada e reduzida a dimensões pontuais e limitadas de atendimento.

No município de Cacoal, os recursos para os benefícios eventuais não são empenhados de forma global, mas sim, empenha-se um valor separadamente para cada auxílio: funeral, natalidade, vulnerabilidade temporária, calamidade pública, transporte ou aluguel social.

É notório nas pesquisas realizadas que ainda existem desafios a serem vencidos no que se refere à regularização da lei implantada, assim como no atendimento à população carente. Para possível divulgação sobre os benefícios eventuais no município de Cacoal, o estudo realizado tem como produto da pesquisa o Apêndice A, o qual trata-se de panfleto para divulgação sobre benefícios eventuais.

Portanto, a necessidade de compreensão para que esse município alcance o patamar de atendimento de direitos adquiridos pela população, faz se necessário trabalho árduo dos assistentes juntamente com políticas públicas para assim melhor ser construir atendimento que satisfaça a sociedade de maneira dentro dos direitos já adquiridos. As pesquisas futuras poderão ser realizadas com as famílias que foram beneficiadas, verificando como ocorreu a concessão para as mesmas, quais os desafios encontrados, e como ficaram informadas a respeito dos benefícios eventuais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. **Revista Jus Navigandi**. ano 11, n. 1272, 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9311>>. Acesso em: 23 set. 2016.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. Os benefícios eventuais e a gestão municipal. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17476>> Acesso em: 02 ago. 2016

_____. Os benefícios eventuais junto à política de assistência social: algumas considerações. **O Social em Questão**. ano XVII. nº 30. 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Bovolenta_13.pdf> Acesso em: 02 ago. 2016

_____. Os benefícios eventuais no suas: avaliação de sua gestão. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luiz, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/os-beneficios-eventuais-no-suas-avaliacao-de-sua-gestao.pdf>> Acesso em: 08 out. 2016.

_____. Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão. **Serviço Social e Sociedade**. n. 106, p. 365-387, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a09.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17. Out. 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº. 212 de 19 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2006/CNAS%202006%20-%20212%20-%2019.10.2006.doc/download>>. Acesso em: 07 out. 2016.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>>. Acesso em: 23 de set. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.681344001273163950_paefi___conceito.pdf>
Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Guia de Orientação Técnica - SUAS n. 01: Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.pg.pr.gov.br/cmas/wp-content/uploads/2011/07/guia_orientacao_tecnica.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): Governo e sociedade trabalhando juntos. Disponível em: <http://www.cib.pr.gov.br/arquivos/File/CIBPR/GUIA_DE_POLITICAS_E_PROGRAMAS_DO_MDS.pdf>. Acesso em 08 set. 2016.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

CACOAL. Lei nº 3.293/PMC/2014, de 25 de março de 2014. Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no município de Cacoal-RO, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/93 e suas alterações, e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 1167. 2014. Disponível em: <http://www-storage.voxtecnologia.com.br/?m=sigpub.publicacao&f=269&i=publicado_25389_2014-03-27_da1ef1dbeca683197ac1a8511bd50c84.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Decreto nº 5.252/PMC/2014, de 27 de julho de 2014. Regulamenta a Lei Municipal nº 3.293/PMC/14. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 1241. 2014. Disponível em: <http://www-storage.voxtecnologia.com.br/?m=sigpub.publicacao&f=269&i=publicado_30316_2014-07-15_92323283aaee1ea49b41273250daae6a.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>>. Acesso em 13 out. 2016.

CORRÊA, Carlos José. Gestão de seguridade social no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.uva.br/sites/all/themes/uva/files/pdf/gestao-de-seguridade-social-no-brasil.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Unesco, 2009.

DOWBOR, Mônica. Sujeitos da assistência social. Estado, entidades assistenciais, assistentes

sociais e usuários na trajetória da assistência social entre 1974 e 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009a, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: SBS, 2009. Laboratório de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: 03 out. 2016.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva 2003.

Famílias atingidas pela enchente em Cacoal, RO, retornam para casa. G1/RO, Cacoal, 24 de março de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/familias-atingidas-pela-enchente-em-cacoal-ro-retornam-para-casa.html>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FONSECA, Kelly Hapuque Cunha; SANTOS, Isabel Cristina dos; TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues; CARNIELLO, Monica Franchi; KAMIMURA, Quesia Postigo. A trajetória das políticas sociais e a assistência social no Brasil: avanços e espaços de conquistas. In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0016_1038_01.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNKES, M. B.; SANTOS, M. L. Primeiros passos da metodologia científica na graduação, Rolim de Moura: D'press Editora & Gráfica Ltda-ME, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos; NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**. Vol. 8, nº 2, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm>. Acesso em 05 out. 2016.

LUIZ, Aline da Silva. Assistência social e benefício de prestação continuada: comprovação da hipossuficiência financeira para a concessão do benefício. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Ciências Administrativas e Econômicas da Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2010. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Assistenciasocialebeneficiodeprestacaocontinuadacomprovacaodahipossuficienciafinanceiraparaaconcessaodobeneficio.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Moradores ficam desabrigados e água toma conta das Residências. Cacoal Notícias, 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.cacoalnoticias.com.br/cacoal-moradores-ficam-desabrigados-e-agua-toma-conta-das-residencias/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

NÉLSIS, Camila M.; Col: FLORIANO, Bruna R.; DIAS, Daiana N.; SOUZA, Fabiana de; SOUZA, Patrícia C. de; NUNES, Renata; MEDEIROS, Valéria; FERNANDES, Viviane M. P.; LINO, Tatiani da S. Levantamento estadual dos benefícios eventuais 2012. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/362/levantamento_estadual_dos_beneficios_eventuais_final.pdf>. Acesso em 02 set. 2016.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático da previdência social**. 15. ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência social e políticas sociais no Brasil: configuração histórica, contradições e perspectivas. **Katalysis**. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6250/5828>>. Acesso em: 14 out. 2016.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. - 6.ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

SANTANA, Eline Peixoto; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos; SILVA, Valdianara Souza. Histórico da política de assistência social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz/MA. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>> Acesso em: 14 out. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. A gestão da Assistência Social de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, FGV. Vol. 39. n. 3. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6778/5360>> Acesso em: 14 out. 2016.

_____. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ed. nº 77, p. 50-53. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gestão Pública Intersetorial: sim ou não? Comentários de Experiências. In Revista Serviço Social e Sociedade São Paulo. Cortez Ed. nº 85 pág. 133-141, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/Unesco, 2009.

_____; BONETTI, Dilsea A.; YASBEK, Maria C.; FALCÃO, Maria do Carmo B. C. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. (5ª ed.). São Paulo: Cortez, 1992.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário: Regime Geral de Previdência Social, Regimes Próprios de Previdência Social**. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. Seguridade social: conceito constitucional e aspectos gerais. **Âmbito Jurídico**. 2012. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11212>. Acesso em: 06 set. 2016.

VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Caderno de Textos. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Assistencia_social_VII/texto_base_7_conferencia_nacional_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – PANFLETO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

O QUE SÃO OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS?	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	<i>Calamidade pública</i>
Os Benefícios Eventuais são benefícios de caráter complementar e provisório e são disponibilizados aos cidadãos e às famílias em virtude de: nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (MDS, 2009).	<i>Auxílio natalidade</i> Para atender preferencialmente, necessidades do bebê que vai nascer, apoio à mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento e apoio à família no caso de morte da mãe.	Destinada ao atendimento das vítimas de calamidade pública, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia destas. Pelo poder público são situações anormais, em consequência de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando graves danos à comunidade afetada.
No município de Cacoal, por meio da Lei Municipal nº 5.252/PMC/2014, conforme art. 5º são definidos os critérios e diretrizes para o cumprimento do pagamento dos benefícios eventuais.	<i>Auxílio funeral</i> Para atender preferencialmente: Despesas de urna funerária, velório e sepultamento, necessidades urgentes da família advindas da morte de um de seus provedores ou membros, ressarcimento no caso da ausência do Benefício Eventual no momento necessário.	<i>Auxílio passagem</i> Destinado aos moradores de rua que desejarem retornar aos locais de origem, desde que a família tenha interesse em recebê-los, não tenham condições de arcar com o custo da passagem, mediante declaração nesse sentido, e para locais que não extrapolem os limites geográficos do país, com roteiro obrigatório de saída de Cacoal – RO.
São critérios para as concessões dos benefícios eventuais: Família com renda <i>per capita</i> (por pessoa) de até ¼ de salário mínimo; Famílias residentes no município; Famílias cujos filhos encontram-se matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino; Famílias devidamente cadastradas no Cadastro Único.	<i>Situação de vulnerabilidade temporária</i> Destina-se ao enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e podem decorrer de falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, falta de documentação falta de domicílio, situação de abandono ou impossibilidade de garantia abrigo	<i>Aluguel social</i> O beneficiário, nem qualquer membro da família, não pode ser proprietário, promitente comprador e/ou cessionário de outro imóvel, tampouco ter sido beneficiário por programa habitacional promovido por qualquer das esferas

Silvio Aparecido Pereira, nº 874, aos filhos. Perda circunstancial governamentais em outro imóvel. Bairro Teixeira, Município de decorrente do rompimento de A condição de vulnerabilidade Cacoal/RO. vínculos familiares, da presença de socioeconômica deverá ser violência física ou psicológica na comprovada mediante Laudo família ou por situações de ameaça à Técnico Social oficial emitido pela Secretaria Municipal Assistência Social e Trabalho, por meio de assistente social. O beneficiário poderá usufruir da Bolsa Aluguel Social até a conclusão das casas do Projeto minha casa minha vida, pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, motivadamente, caso as casas não estejam concluídas.